


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
2ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000665-92.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Responsabilidade Civil**
 Requerente: **Estela Maria Paschoal**
 Requerido: **Centro de Formação de Condutores Alternativa S/s Ltda Me e outro**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Humberto Isaias Gonçalves Rios**

Vistos.

ESTELA MARIA PASCHOAL, qualificada nos autos, ajuizou a presente ação indenizatória contra **CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES ALTERNATIVA S/S LTDA ME, ROBERTO DIAS TRINTIN e LUCIANE MARA LARocca TRINTIN**.

Relata a autora, em resumo, que no dia 05 de setembro de 2014, transitava com sua motocicleta pela Avenida Padre Francisco Sales Colturato, quando foi colhida pelo veículo de propriedade da primeira ré e conduzido pela segunda ré, que realizou marcha ré sem as devidas cautelas ao sair do estacionamento da empresa requerida, atingindo gravemente a autora; que o acidente lhe trouxe sequelas físicas e estéticas, além de danos materiais e morais; que os réus têm responsabilidade pelo acidente de trânsito ocorrido. Pede, assim, a procedência da ação na forma dos pedidos deduzidos no fecho da inicial. Com a inicial de fls. 01/11, vieram os documentos (fls. 12/200).

Os requeridos, devidamente citados, ofertaram contestação para suscitar, preliminarmente, ilegitimidade passiva do segundo réu, inépcia da inicial e suspensão do processo. No mérito, afirmam, em síntese, a ausência de responsabilidade sobre o acidente, apontando que o seu veículo foi atingido pela motocicleta da autora que, após ultrapassar o sinal vermelho e desviar de um veículo, desequilibrou-se e colidiu na traseira do automóvel da empresa. Aduz não haver comprovação de culpa da condutora, imputando culpa exclusiva da autora. Impugnou, ainda, os pedidos indenizatórios almejados. Requereu a improcedência do feito (fls. 209/214). Juntou documentos (fls. 215/291).

Em reconvenção, pediu pela condenação da autora reconvinda na indenização pelos danos materiais relativos ao conserto do veículo, além dos honorários advocatícios (fls. 303).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

2ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A autora se manifestou sobre a contestação e a reconvenção (fls. 306/313).

Às fls. 326/327 foi reconhecida a ilegitimidade passiva do segundo réu, sendo o mesmo excluído da lide, bem como afastadas as demais preliminares arguidas.

Designada audiência (fls. 330), a tentativa de conciliação restou infrutífera, sendo colhido os depoimentos pessoais das partes, pessoas físicas, sendo julgada indeferida a oitiva das testemunhas arroladas pelas rés, por intempestividade da apresentação do rol (fls. 361 e transcrição a fls. 369/379). Dessa decisão, interpuseram as rés agravo de instrumento, cujo provimento foi negado (fls. 536/557).

À fls. 519 houve determinação de prova pericial.

O laudo pericial foi juntado a fls. 559/566, sobre o qual as partes se manifestaram (fls. 200/202 e 203/206).

Novos documentos foram juntados ao longo dos autos (fls. 380/398, 415/444 e 574/584), sobre os quais as partes foram cientificadas.

É o relatório.

Fundamento e Decido.

Tratam-se de ação indenizatória e reconvenção decorrentes de acidente de trânsito ocorrido aos 05 de setembro de 2014.

As demandas não comportam acolhimento.

Com efeito, restou incontroversa a existência do acidente. Contudo, as partes ofereceram versões distintas em relação aos fatos. O ponto controvertido, portanto, reside, para além da extensão dos danos suportados, fundamentalmente, no estabelecimento da culpa pelo acidente de trânsito que envolveu os litigantes.

Como cediço, a responsabilidade civil exige, para o surgimento do dever de indenizar, em sua modalidade subjetiva, consoante o que alude o artigo 186 do Código Civil, ação ou omissão, dano, nexo de causalidade e culpa.

No caso em tela, todavia, nem todos os seus pressupostos restaram configurados, de sorte a obstar a condenação de quaisquer das partes a indenizar os danos patrimoniais e morais, supostamente, experimentados pela parte contrária.

Isto porque os elementos de prova existentes nos autos, consubstanciados nos documentos acostados, depoimentos pessoais e prova técnica realizada, não foram suficientes a dirimir a controvérsia. Ou seja, faltam elementos de convicção capazes de apontar, com segurança, qual das partes agiu com culpa para a ocorrência do acidente de trânsito objeto dos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

2ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

autos.

Anote-se, nesse contexto, que a prova oral produzida se revelou precária, porquanto foram colhidos somente depoimentos pessoais das partes envolvidas, que corroboraram a versão das suas respectivas manifestações, no sentido de que a culpa pelo acidente deve ser atribuída à parte contrária (fls. 369/375 e 376/379). Note-se que, malgrado a oportunidade concedida (fls. 330), a autora sequer arrolou testemunhas, e o rol apresentado pelas rés foi apresentado extemporaneamente, a evidenciar a fragilidade das alegações dos envolvidos.

Ressalte-se que as declarações posteriormente acostadas pelas rés a fls. 574/575, por óbvio, não possuem validade jurídica apta a provar sobre os fatos nelas alegados, as quais poderiam ter sido produzidas em juízo, quando oportunizadas.

Ademais, apesar de a prova pericial produzida apontar a compatibilidade do trauma com as lesões que a autora padece, bem como o grau de comprometimento da mesma, confirmando o nexo causal com relação à colisão (fls. 559/566), a mesma, na hipótese, apenas assevera as consequências decorrentes do acidente, o qual restou incontroverso nos autos, em nada alterando quanto à conclusão no tocante à culpa atribuída.

Ou seja, o que se tem, na hipótese, é o conflito de provas, uma vez que a prova oral é fraca e, ao contrário de gerar a certeza, acaba por produzir a hesitação e a incerteza em torno de qual a realidade dos fatos objeto do núcleo do ato ilícito apontados nas demandas. Outrossim, não existe nos autos nenhum outro elemento probante capaz de permitir conclusão diversa e dirimir a controvérsia, o que, em igualdade, reverte em prol da aludida incerteza.

Nesse particular, impende consignar que foram produzidos dois Boletins de Ocorrência sobre o acidente em deslinde (fls. 18/20 e 224/225), sendo somente este, pela última ré, lavrado por ocasião dos fatos, de modo que não são suficientes a respaldar as alegações das partes, porquanto conflitantes de afirmações isentas quanto à dinâmica do acidente, cumprindo asseverar que as versões unilaterais apresentadas pelas partes não foram corroboradas em juízo.

Como se vê, não há nos autos elemento de prova seguro e inconteste no sentido de evidenciar a conduta culposa de qualquer dos motoristas dos veículos envolvidos na colisão, sendo certo que a dinâmica do acidente restou confusa, sendo temerário qualquer juízo sobre a responsabilidade dos condutores envolvidos.

Destarte, diante da inexistência de elementos acerca da culpa de qualquer dos motoristas dos veículos, no caso, o dever de cuidado objetivo não teve sua violação demonstrada. Ora, a culpa exige prova cabal, inconteste, estreme de dúvidas. Não é o que ocorre nos autos, e a circunstância impede o acolhimento das demandas.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****2ª VARA CÍVEL****RUA DOS LIBANESES, Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTES** a ação principal e a reconvenção.

Considerando a sucumbência recíproca, vedada a compensação, nos termos do que preceitua o artigo 85, § 14, do Código de Processo Civil, cada parte deverá arcar com metade das custas e despesas processuais, assim como com os honorários advocatícios da parte contrária, os quais fixo, por equidade, em R\$1.200,00 (mil e duzentos reais), haja vista o elevado valor dado à ação e nos termos do art. 85, 8.º, do CPC, com relação à reconvenção, observado o benefício da justiça gratuita em relação à autora.

Fixo os honorários do procurador da autora no valor máximo previsto na tabela do convênio (fls. 15) para este tipo de causa, expedindo-se, oportunamente, certidão.

P.I.

Araraquara, 24 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**